

O presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, foi entrevistado nesta quarta-feira, dia 26, pela jornalista Juliana Rosa, no Jornal Bandnews, logo após o anúncio da manutenção da taxa de juros da SELIC em 13,75% pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (COPOM). Na ocasião, Dyogo elogiou a atuação do Banco Central para conter a inflação durante e no pós-pandemia, dizendo acreditar que a inflação irá convergir, ao longo de 2023, para dentro dos limites do regime de metas, possibilitando uma redução nas taxas de juros.

Sobre o setor segurador, o presidente da CNseg disse que vai muito bem, com crescimento acumulado até agosto de 17% nas receitas e 21% nos pagamentos de indenizações e benefícios. “Devemos fechar 2022 com crescimento real de cerca de 10 ou 11%, valor acima do PIB, como tem sido nos últimos 10, 15 anos”, declarou.

Segundo Dyogo, o sucesso do setor segurador vem de sua diversificação, pois, atualmente, oferece uma quantidade enorme de produtos novos como, por exemplo, o seguro contra inadimplência, contratado por pessoas com medo de perder o emprego e não conseguir honrar suas dívidas. Ele também citou outros seguros muito úteis durante a vida, como o seguro residencial, produto que “é muito barato”. Para uma casa de 500 mil reais, exemplificou, “o segurado pagará cerca de 300 reais por ano, tendo direito a todas as assistências acessórias que o acompanham, como serviços de eletricitista e encanador”.

Atualmente, explicou o presidente da CNseg, o seguro mais contratado ainda é o de automóvel mas, mesmo assim, em um nível baixo de adesão, com apenas cerca de 30% dos veículos brasileiros segurados. “O setor ainda tem muito espaço para crescer, faltando um maior conhecimento da população sobre os benefícios dos seguros”, afirmou, lembrado que em países mais desenvolvidos, essa indústria representa entre 10 e 15% do PIB, enquanto, no Brasil, ainda gira em torno de 6,5%.

E abordando o setor do ponto de vista macroeconômico, ele explicou que a indústria de seguros é o grande poupador nacional, com aproximadamente 2 trilhões de reais em reservas, o equivalente a quase 30% da dívida pública nacional. Reservas, estas, que podem ser usadas, por exemplo, para o desenvolvimento de energias limpas e outras novas tecnologias. “Com algumas alterações regulatórias, esse dinheiro poderia estar sendo usado para irrigar os recursos para infraestrutura”, explicou.

[>> Clique aqui para assistir a entrevista na íntegra](#)

Fonte: CNseg, em 27.10.2022